TL 2291

UGT

MOÇÃO DE POLÍTICA INTERNACIONAL

1. Os reveses internacionais que a política de "apartheid" e a crescente luta interna na África do Sul contra o regime racista não foram ainda suficientes para derrubar o sistema mais aberrante e vergonhoso para a humanidade, neste fim de século.

A UGT tem-se empenhado, a diversos níveis, para dar o seu contributo no sentido de apoiar o povo sul-africano na conquista da liberdade. A nível internacional, empenhámo-nos nas campanhas desenvolvidas no âmbito da CISL e da CES. A nível nacional multiplicámos a divulgação das nossas posições, quer na feitura de cartazes quer na divulgação, junto dos orgãos de comunicação social, do que pode e deve ser feito para que os trabalhadores sul-africanos tenham acesso a um regime de plenas e incondicionais liberdades, incluindo a de associação. Nos últimos meses, recebemos e apadrinhámos a visita de representantes quer do movimento sindical quer de movimentos representativos do povo sul-africano. Cresce-nos, pois, legitimidade para exigirmos que a comunidade internacional pressione de forma eficaz o regime do "apartheid" no sentido de libertar o povo que o oprime, e de reivindicarmos a imediata e incondicional libertação dos presos políticos naquele país, designadamente daqueles cujo crime foi o do exercício da actividade sindical. Nelson Mandela, o símbolo da resistência, tem de ser libertado já.

Atenta à situação da comunidade portuguesa que vive naquele país - de primeira e de segunda geração - e ao papel significativo que a mesma desempenha na economia sul-africana, a UGT apela para que se distancie de forma evidente das autoridades repressoras, na certeza da inevitabilidade da vitória do povo daquele país e de que quanto maior for agora a demarcação dos portugueses na África do Sul mais importante será a sua participação no futuro país livre e democrático.

2. A cooperação com os países africanos de expressão oficial portuguesa tem sido uma das principais preocupações da UGT. E se é verdade que existem já resultados concretos e significativos das diligências encetadas pela UGT, não é menos verdade que numerosos condicionalismos e limitações, todos eles exógenos à UGT, têm entravado aquilo que desejaríamos ser um relacionamento bilateral muito mais desenvolvido com cada um dos movimentos sindicais daqueles países.
Algo já foi feito. O que acontece, por exemplo, no domínio do turismo social com a República de Cabo Verde, é, só por si elucidativo da vontade e da dinâmica imprimidas pela UGT a este conjunto de iniciativas, bem como no domínio da formação, tendo a UGT patrocinado, em Portugal, o estágio de militantes do movimento sindical de São Tomé e Princípe.
Resta-nos continuar e melhorar. Vamos fazê-lo, conscientes de que o reforço dos laços a nível de movimento sindical pode contribuir decisivamente para um melhor entendimento entre os Estados.

3. Os anos têm passado sem que a comunidade internacional consiga encontrar e implantar mecanismos eficazes para conferir ao povo maubere o direito de uma autodeterminação que a história exige e a ONU reconhece.
Vítima da feroz repressão indonésia que tem conduzido a um verdadeiro genocídio, o povo de Timor-Leste é também vítima de uma diplomacia incipiente, que encontra nas declarações de intenções motivos bastantes para esconder a sua inépcia no terreno.
A UGT, designadamente através de deligências pessoais do seu Secretário Geral junto do primeiro-ministro australiano, tem exigido o cumprimento das resoluções das Nações Unidas. De parceria com o movimento sindical internacional livre, tudo faremos para incrementar na prática o apoio activo ao povo maubere.

4. Ainda a nível internacional, registe-se os avanços e os recuos verificados na Polónia e na Turquia. Significativamente, porém, as centrais sindicais livres representantes de ambos os países - o Solidarnosc e a Disk - filiaram-se, com o apoio firme e empenhado da UGT, desde a primeira hora, respectivamente na CISL e na Confederação Europeia de Sindicatos, sedes em que se desenvolvem contactos privilegiados, quer a nível multilateral, quer de âmbito bilateral. Mas os povos polaco e turco vivem ainda num regime de ditadura. Urge continuar a luta pela libertação naqueles dois países. A UGT não regateará esforços para que assim aconteça.

5. O desemprego na Europa e no resto do mundo continua a alastrar, embora se tenha verificado uma certa retoma na economia internacional.
Cresce a precaridade dos vínculos laborais, aumenta o desemprego de longa duração - que afecta sectores cada vez mais vastos de extractos profissionais -, cada vez é mais significativo o número dos "novos pobres". Os jovens e as mulheres são particularmente vergastados por uma impiedosa discriminação no acesso ao direito universal ao trabalho. O trabalho infantil voltou a tornar-se numa iníqua forma de exploração.
Este foi o resultado da implantação de políticas restritivas, monetaristas, neoliberais e conservadoras. Já se começa a assistir, todavia, um pouco por toda a parte, a tomadas de posição que levam a acreditar na esperança de que tais políticas possam sofrer apreciável inflexão, a breve trecho.
No que a Portugal mais directamente diz respeito no concerto das economias internacionais, verifica-se que, a nível da própria CEE - designadamente na Comissão e no Parlamento Europeu -, são cada vez mais maioritárias as vozes dos que preceituam que à evolução económica esteja indefectivelmente ligada uma componente social virada para a justiça, para o equilíbrio, para uma correcta repartição da riqueza, para a solidariedade, para o pleno emprego. Assim terá de ser. É este o principal objectivo da UGT, que o reclamará insistentemente nos orgãos comunitários onde está representada, como

seja o Comité Económico e Social.

6. Os resultados da recente cimeira Reagan-Gorbachev proporcionaram uma nova esperança no que diz respeito ao fim da escalada ao armamento. O que foi conseguido foi sem dúvida importante, mas a UGT não alimenta ilusões no que se refere ao clima de guerra de facto desenvolvido em numerosas regiões do globo.
Reclamamos um desarmamento gradual, lateral e fiscalizado por ambas as partes, mas apelamos à consciência das autoridades dos países em guerra, para que ponham fim a uma actividade que imola anualmente milhares de indefesos.
Exigimos o fim das incursões sul-africanas em Angola e em Moçambique e, designadamente no que a este país diz respeito, que cessem imediatamente as actividades da Renamo, que não passam de crimes de delito comum.

7. Com a crescente interdependência dos sistemas económicos internacionais, são cada vez mais ineficazes as medidas tomadas unilateralmente a nível nacional no que diz respeito à protecção dos consumidores e do ambiente.
A UGT tem dedicado particular atenção a esta problemática, pelo que, nos organismos comunitários a que pertence, vai levar a cabo acções que apoiem a elaboração e a adopção de normativos que proporcionem uma melhor e mais eficaz defesa dos consumidores e do ambiente, sem esquecer regulamentos mais favoráveis de higiene e de segurança no trabalho.

8. As tensões políticas internacionais originam um clima de desconfiança mútuo que é atentatório das condições para que seja alcançada uma paz estável e duradoura. Neste domínio, a UGT apoia incondicionalmente as iniciativas para o incremento do diálogo Norte-Sul e Leste-Oeste.
A paz e o trabalho são objectivos que nos merecem todo empenhamento.

9. Em todos estes domínios, o movimento sindical internacional tem um importante papel a desempenhar e uma significativa palavra a dizer. A UGT empenhará todos os esforços para que seja conseguida uma maior coordenação de actividades desempenhadas pelas duas grandes comunidades sindicais internacionais de que é membro efectivo e de pleno direito: a CISL e a CES. Também do trabalho conjunto destas duas confederações com o movimento sindical de países do Terceiro Mundo ainda não representados pela CISL surgirá, estamos certos, um novo clima de confiança, de fraternidade e de solidariedade entre os trabalhadores de todo o mundo, proporcionando uma melhor compreensão para a dimensão dos problemas que os afectam.

10. A América Latina merece à UGT uma atenção muito especial. Registamos com grande regozijo o acesso que alguns países tiveram à democracia, mas não podemos esquecer outros povos, que, como, por exemplo, o chileno e o paraguaio, continuam a ser vítimas de ferozes ditaduras que esmagam todos os direitos cívicos - entre eles os direitos sindicais.
A UGT quer testemunhar a todos eles o seu apoio incondicional na luta que, dentro e fora dos seus países, vêm travando pela liberdade e pela democracia.

11. Estamos solidários comos trabalhadores de todo o mundo. Com aqueles que têm a felicidade de viver em regime democrático e com aqueles para quem a democracia é uma meta ainda a atingir. Para eles, o IV Congresso da UGT deixa uma saudação de muita fraternidade.

Braga, 4, 5, 6 e 7 de Fevereiro de 1988.

UGT

ADITAMENTO À MOÇÃO Nº 1 - POLÍTICA INTERNACIONAL

12. Os acordos de Esquipulas I e II levaram a esperança de paz à América Central, designadamente à Nicarágua. A deposição do ditador Somoza não tinha bastado, só por si, para unir todas as componentes da sociedade nicaraguense, e o regime que depois se instalou não conseguiu, despoletar um esforço de reconstrução nacional. Mantiveram-se algumas impossibilidades de assunção do direito à livre associação de trabalhadores, o que suscitou firmes protestos do movimento sindical internacional livre consubstanciado na CISL. O povo nicaraguense tem direito à unificação nacional, que lhe permita encetar o caminho do desenvolvimento, da democracia e da liberdade. Tudo isso passa pelo cumprimento do estipulado no acordo de Esquipulas II, nomeadamente por negociações directas, sob a égide do Cardeal Obando y Bravo, do Governo do Presidente Ortega com os representantes dos "contras". Esta mesma preocupação tinha já sido avançada pelo Secretário-Geral da UGT, em carta enviada no princípio do ano a Daniel Ortega, em que solicitava a concessão de facilidades, por parte da Junta, a uma missão sindical internacional, chefiada por Torres Couto, que naquele país auscultará, ainda este mês, a situação que actualmente se verifica. A UGT solicita um sério e decidido esforço de concertação das partes em conflito, no sentido de que o processo de paz seja, em breve espaço útil, a realidade que anseiam.

13. O conflito existente na faixa de Gaza constitui uma ameaça permanente para a paz no Oriente Médio, criando uma situação dramática para as populações judaica e árabe.

A violência alastra, afectando sobretudo a zona ocidental. Este lamentável ciclo de violência tem sido provocado e alimentado por extremistas de ambos os lados, cujas posi-

./.

ções, ainda que diametralmente opostas, acabam por confluir, por paradoxo, no rio de sangue e de terror que tem sido vertido. Ambos têm, todavia, o mesmo objectivo: o de impedir uma solução pacífica para o conflito.

Um passo positivo foi recentemente dado pela central sindical israelita que, consciente de que a paz é indissociável do bem estar pretendido pelos trabalhadores, passou a admitir como filiados trabalhadores árabes, assegurando-lhes igualdade de direitos e de oportunidades, bem como de representação em todos os orgãos daquela organização.

Só a negociação - e não a confrontação - será a solução para o conflito. O terror e a violência são os maiores inimigos da paz e da conciliação entre os povos.

O conflito do Médio Oriente não pode ser resolvido através da força. O problema é político e o único caminho para o solucionar são negociações directas entre as partes interessadas - achando a UGT necessário a realização de uma conferência internacional.

A UGT através das organizações sindicais internacionais insta os responsáveis políticos por ambas as partes a porem definitivamente de lado os seus receios e hesitações, dando passos decisivos no sentido da paz, uma vez que já demasiado tempo foi gasto inutilmente e que demasiado sangue árabe e judeu foi derramado.